Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 24

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 25

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 26

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	854.408.805
Preferenciais	0
Total	854.408.805
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo		Ordinária		0,01875
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2001	Dividendo		Ordinária		17,79890

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.386.551	2.203.907
1.01	Ativo Circulante	354.262	191.749
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	157.600	962
1.01.03	Contas a Receber	22.640	3.443
1.01.03.01	Clientes	22.640	3.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	174.022	187.344
1.01.08.03	Outros	174.022	187.344
1.01.08.03.01	Ativo financeiro de concessão	173.685	187.344
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	337	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.032.289	2.012.158
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.424.623	1.395.366
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.424.623	1.395.366
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	1.424.622	1.395.366
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	1	0
1.02.03	Imobilizado	1.091	0
1.02.04	Intangível	606.575	616.792
1.02.04.01	Intangíveis	606.575	616.792

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.386.551	2.203.907
2.01	Passivo Circulante	371.601	1.330.798
2.01.02	Fornecedores	9.982	176
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.982	176
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.592	1.212
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.592	1.212
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.592	1.212
2.01.05	Outras Obrigações	357.027	1.329.410
2.01.05.02	Outros	357.027	1.329.410
2.01.05.02.04	Dividendos a pagar	17.800	1.780
2.01.05.02.05	Debêntures e notas promissórias	335.414	1.326.232
2.01.05.02.06	Outras obrigações fiscais e regulatórias	3.365	1.386
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	448	12
2.02	Passivo Não Circulante	1.081.535	2.750
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.041.485	0
2.02.01.02	Debêntures	1.041.485	0
2.02.02	Outras Obrigações	16.966	7
2.02.02.02	Outros	16.966	7
2.02.02.02.03	Outros passivos não circulantes	16.966	7
2.02.03	Tributos Diferidos	23.084	2.743
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.084	2.743
2.03	Patrimônio Líquido	933.415	870.359
2.03.01	Capital Social Realizado	854.409	10
2.03.02	Reservas de Capital	0	854.309
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	854.309
2.03.04	Reservas de Lucros	20	16.040
2.03.04.01	Reserva Legal	20	20
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	16.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	78.986	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	111.264	207.710	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.354	-43.036	0	0
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-9.851	-14.652	0	0
3.02.02	Amortização do intangível	-5.157	-10.217	0	0
3.02.03	Material e serviços de terceiros	-2.456	-6.018	0	0
3.02.04	Encargos de uso da rede elétrica	-2.552	-5.160	0	0
3.02.05	Outros custos operacionais	-2.338	-6.989	0	0
3.03	Resultado Bruto	88.910	164.674	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-273	-491	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-17	-17	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-256	-474	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	88.637	164.183	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-22.426	-44.484	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.957	2.593	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.383	-47.077	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.211	119.699	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.529	-40.713	0	0
3.08.01	Corrente	-9.837	-20.372	0	0
3.08.02	Diferido	-12.692	-20.341	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.682	78.986	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.682	78.986	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05110	0,09240	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05110	0,09240	0,00000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	43.682	78.986	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.682	78.986	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	111.964	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.258	0
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	119.699	0
6.01.01.02	Remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão	-115.554	0
6.01.01.03	Amortização do intangível	10.217	0
6.01.01.04	Juros	46.775	0
6.01.01.05	Outros	121	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	50.706	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-19.183	0
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	99.957	0
6.01.02.03	Outros ativos	-829	0
6.01.02.04	Fornecedores	9.806	0
6.01.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	4.880	0
6.01.02.06	Outros passivos	1.318	0
6.01.02.07	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-3.325	0
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre notas promissórias	-41.918	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.091	0
6.02.01	Aplicação no imobilizado	-1.091	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	45.765	0
6.03.01	Integralização de capital	90	0
6.03.04	Emissão de debêntures	1.090.675	0
6.03.05	Pagamento de notas promissórias	-1.045.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	156.638	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	962	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	157.600	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	854.309	16.040	0	0	870.359
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	854.309	16.040	0	0	870.359
5.04	Transações de Capital com os Sócios	854.399	-854.309	-16.020	0	0	-15.930
5.04.10	Integralização e aumento de capital	854.399	-854.309	0	0	0	90
5.04.11	Dividendos adicionais de 2017 aprovados	0	0	-16.020	0	0	-16.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.986	0	78.986
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.986	0	78.986
5.07	Saldos Finais	854.409	0	20	78.986	0	933.415

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	215.706	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	215.706	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.427	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.027	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.462	0
7.02.04	Outros	-5.938	0
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-5.160	0
7.02.04.02	Outros	-778	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	186.279	0
7.04	Retenções	-10.217	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.217	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	176.062	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.593	0
7.06.02	Receitas Financeiras	2.593	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	178.655	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	178.655	0
7.08.01	Pessoal	2.100	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.344	0
7.08.01.02	Benefícios	523	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	106	0
7.08.01.04	Outros	127	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.546	0
7.08.02.01	Federais	47.546	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.080	0
7.08.03.01	Juros	46.908	0
7.08.03.02	Aluguéis	7	0
7.08.03.03	Outras	165	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	78.986	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	78.986	0
7.08.05	Outros	2.943	0
7.08.05.01	Encargos setoriais	2.943	0

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional líquida

No 2T18, a receita operacional líquida apresentada pela Companhia foi de R$ 111.264 mil, composta, substancialmente, por:

a) Remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão

A Companhia auferiu receita operacional resultante da remuneração e variação monetária do ativo financeiro no valor de R$ 65.243 mil. Esse ativo financeiro corresponde ao valor presente do montante pago pela outorga da concessão, o qual está sendo realizado por meio do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO).

b) Suprimento de energia elétrica

A Companhia reconheceu a receita líquida de R$ 30.625 mil decorrente do contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no qual vende a totalidade de sua garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). O preço estabelecido contratualmente é de R$ 130/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. Contudo, o contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, ou seja, a controladora, assumirá os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Desta forma, no 2T18, a Companhia auferiu receita adicional de venda para a EBE, no montante de R$ 7.105 mil, líquido dos tributos sobre a receita, para compensar os custos adicionais de compra de energia em montante equivalente aos efeitos negativos que a Companhia teria na CCEE caso não tivesse realizado tal compra.

c) Receita do Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG)

Para a energia vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), também como parte da RAG, a Companhia aufere receita referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), para cobertura dos custos com operação e manutenção, além de gastos com melhorias e investimentos durante o prazo de concessão. O valor da GAG reconhecida no 2T18 foi de R$ 15.396 mil.

Custos da venda de energia

Os custos da venda de energia no trimestre em análise foram de R$ 22.354 mil, dos quais:

a) Energia elétrica comprada para revenda: a Companhia comprou energia de sua controladora, por meio de um contrato bilateral de curto prazo, no montante de R$ 9.851 mil, no 2T18. Este contrato teve por finalidade mitigar os efeitos negativos que a Companhia teria na CCEE caso não realizasse tal compra.

b) Amortização do intangível: no 2T18, a Companhia reconheceu o montante de R$ 5.157 mil de amortização da parcela de bonificação pela outorga de concessão alocada no intangível.

c) Material e serviços de terceiros: o valor de R$ 2.456 mil refere-se, principalmente, ao reconhecimento dos custos de operação e manutenção no 2T18 da Usina.

d) Encargos de uso da rede elétrica: referem-se aos encargos de uso do sistema de distribuição relativos aos 30% da garantia física destinada ao ACL incorridos no 2T18, no montante de R$ 2.552 mil. A parcela destes custos referente a garantia física destinada ao ACR é reembolsada por meio da RAG, não afetando o custo da Companhia.

e) Pessoal: referem-se aos gastos no montante de R$ 1.676 mil, motivados, principalmente, pelo aumento do quadro de pessoal.

Ebitda e Margem Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda no 2T18 foi de R$ 93.794 mil e a margem Ebitda foi de 84,3%.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda, apresentamos a tabela abaixo:

(Em R$ mil)	2T18
Lucro líquido do período	43.682
(+) Imposto de renda e contribuição social	22.529
(+) Resultado financeiro	22.426
(+) Amortização do intangível	5.157
	93.794

Resultado financeiro

As receitas financeiras no 2T18 atingiram o montante de R$ 1.957 mil, correspondente, principalmente, a renda de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras no mesmo período foram de R$ 24.383 mil, impactadas, principalmente, pelos juros sobre as notas promissórias, os quais totalizaram R$ 23.846 mil.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL, no 2T18, foram de R$ 22.529 mil e a taxa efetiva foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido do 2T18 alcançou R$ 43.682 mil, resultado da combinação dos itens apresentados anteriormente.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração – RAG, a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração – GAG, da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 27.04.2018, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b". Após o deferimento do registro, em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 1.117.000. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias no ano de 2017. Mais informações sobre a captação vide Nota 7 – Debêntures e notas promissórias.

[1] As informações não financeiras contidas nessas informações trimestrais como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas em conformidade, simultaneamente, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Contábil CPC 21 – Demonstração Intermediária, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

Na elaboração das ITR é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as ITR de 30.06.2018. Essas ITR, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31.12.2017.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das ITR de 30.06.2018, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, foram os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017.

a) Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2018

a.1) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se, e quando, uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada, e substitui, a partir de 01.01.2018, as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 – Receitas (IAS 18), o CPC 17 – Contratos de construção (IAS 11) e o CPC 30 Interpretação A – Programas de fidelidade com o cliente (IFRIC 13).

A adoção da referida norma não resultou em impactos nas demonstrações contábeis de 2017 e nas ITR de 30.06.2018.

a.2) CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

O CPC 48 substitui, a partir de 01.01.2018, o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39). A norma estabelece novas exigências para a classificação, a mensuração, o *impairment*, a contabilidade de *hedge* e o reconhecimento de ativos e de passivos financeiros.

- Classificação – Ativos financeiros

A nova norma traz uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38. Conforme demonstrado na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros, a Companhia passou a apresentar os ativos financeiros de acordo com as categorias acima mencionadas.

- Redução ao valor recuperável (*Impairment*) – Ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige que a Administração da Companhia exerça um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quais sejam:

(i) Caixa e depósitos bancários à vista: são detidos com instituições financeiras de primeira linha. Baseada nas avaliações de crédito externas das contrapartes, a Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito.

(ii) Contas a receber de clientes: são compostos de montantes a receber da controladora da Companhia, EBE, de distribuidoras e de transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A Companhia considera que essas contrapartes têm baixo risco de crédito.

(iii) Ativo financeiro de concessão: esse ativo corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros que serão auferidos para recuperação da bonificação paga pela outorga, os quais têm garantia incondicional de recebimento sem riscos de mercado.

A adoção desse pronunciamento não gerou impactos nos *impairments* dos ativos financeiros da Companhia.

- Classificação – Passivos financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros, exceto quanto ao tratamento do valor justo de passivos designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. A sua aplicação não resultou em efeitos na classificação dos passivos da Companhia.

- Contabilidade de *hedge*

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que seja aplicada uma abordagem qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia não apresenta operações de *hedge* em 31.12.2017 e 30.06.2018.

b) Aprovação das ITR

As ITR ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10.08.2018.

c) Período comparativo

A Companhia foi constituída em 09.10.2017 e suas atividades tiveram início em 19.10.2017, motivo pelo qual não apresenta período comparativo nos quadros "Demonstração do Resultado", "Demonstração do Resultado Abrangente", "Demonstração do Fluxo de Caixa", "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" e "Demonstração do Valor Adicionado".

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2018	31.12.2017
Depósitos bancários à vista	**659**	**49**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos	156.941	913
	157.600	**962**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, na concentração dos recursos no Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30.06.2018	31.12.2017
ENGIE Brasil Energia	13.986	-
Distribuidoras – Cotas	8.609	2.004
Transações realizadas na CCEE	45	1.439
	22.640	**3.443**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

NOTA 5 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas, no qual foi arrematado o lote referente a concessão da UHE Jaguara e consequente alocação em cotas de sua garantia física de energia e de potência.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda, de mercado e hidrológico.

A bonificação pela outorga por 30 anos foi de R$ 2.171.000 e o pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017.

A Companhia procedeu ao cálculo do valor presente decorrente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR, com base em taxa de desconto, antes dos impostos, que melhor representa a expectativa da Companhia de retorno dessa parcela do investimento. O montante apurado compreende um direito incondicional de a Companhia receber caixa, durante o período de concessão e, por isso, foi classificado como ativo financeiro.

a) Mutação

	UHE Jaguara
Saldo em 31.12.2017	**1.582.710**
Recebimentos	(99.957)
Juros	76.744
Variação monetária	38.810
Saldo em 30.06.2018	**1.598.307**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	173.685
Ativo não circulante	1.424.622
	1.598.307

b) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
Julho a dezembro de 2019	73.978
2020	137.264
2021	124.172
2022	112.332
2023	101.620
2024 a 2028	379.842
2029 a 2047	495.414
	1.424.622

NOTA 6 – INTANGÍVEL

		30.06.2018			31.12.2017
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	620.327	(13.752)	**606.575**	**616.792**

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina registrado no intangível. Esse montante está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão da Usina.

NOTA 7 – DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS

a) Composição

	30.06.2018	31.12.2017
Debêntures	1.091.081	-
Notas promissórias	285.818	1.326.232
	1.376.899	**1.326.232**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	335.414	1.326.232
Passivo não circulante	1.041.485	-
	1.376.899	**1.326.232**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2017	**1.326.232**	**-**	**1.326.232**
Ingresso	53.613	1.037.062	1.090.675
Juros	46.789	-	46.789
Variações monetárias	-	121	121
Transferências	(4.302)	4.302	-
Amortização de principal	(1.045.000)	-	(1.045.000)
Amortização de juros	(41.918)	-	(41.918)
Saldo em 30.06.2018	**335.414**	**1.041.485**	**1.376.899**

Em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante de R$ 1.117.000. Os recursos obtidos, no montante de R$ 1.090.675, líquidos dos custos de captação, destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado em 2017 por meio de notas promissórias.

As principais condições contratadas são estas:

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Garantia
Debêntures					
1ª Emissão - Série 1	483.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI	Semestralmente a partir de 12.2018	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	Garantia real
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA[2] + 6,4962%	Semestralmente a partir de 12.2018	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	Garantia real

Adicionalmente, o compromisso financeiro contratual (*covenants*) estabelecido é que o índice de cobertura do serviço da dívida, calculado anualmente, seja maior ou igual a 1,10.

c) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
Julho a dezembro de 2019	51.834
2020	117.832
2021	129.498
2022	135.616
2023	138.512
2024 a 2028	468.193
Debêntures	**1.041.485**

[2] Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Em 2018, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2017, exceto pelo refinanciamento de parte das notas promissórias emitidas em 2017, por meio de emissão de debêntures, conforme descrito na Nota 7 – Debêntures e notas promissórias.

a) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e para fins de referência, está sendo apresentada uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures, das notas promissórias, das concessões a pagar e do ativo financeiro de concessão expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 30.06.2019 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Variação das taxas de juros e índices	**30.06.2018**	**30.06.2019**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
CDI[3]	7,4%	6,5%	-0,8 p.p.	1,6 p.p.	3,3 p.p.
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	2,0 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	-1,0 p.p.	-2,0 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2019.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses observados em 30.06.2018 e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses a findar em 30.06.2019, e, demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

[3] Certificado de Depósito Interbancário.

	Saldos em 30.06.2018	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	619.088	1.715	(6.628)	(13.255)
CDI	471.993	4.167	(8.265)	(16.595)
		5.882	**(14.893)**	**(29.850)**
Notas promissórias				
CDI	285.818	**964**	**(1.911)**	**(3.834)**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.598.307	(5.853)	(15.774)	(31.548)
Total		**993**	**(32.578)**	**(65.232)**

b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	30.06.2018	31.12.2017
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	156.941	913
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	659	49
Contas a receber de clientes	22.640	3.443
Ativo financeiro de concessão	1.598.307	1.582.710
	1.778.547	**1.587.115**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	9.982	176
Dividendos	17.800	1.780
Debêntures e notas promissórias	1.376.899	1.326.232
	1.404.681	**1.328.188**

As aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1). Não houve transferência entre o Nível 1 e 2. Adicionalmente, todos os ativos e os passivos divulgados acima se aproximam do seu valor justo.

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados considerando-se as diferenças geradas entre o tratamento contábil e fiscal do registro da bonificação pela outorga, o qual para fins fiscais é integralmente reconhecido como intangível.

	30.06.2018				31.12.2017
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Remuneração e variação monetária do ativo financeiro	147.591	36.898	13.283	50.181	10.892
Amortização da parcela alocada em ativo intangível	34.378	8.595	3.094	11.689	2.890
		45.493	**16.377**	**61.870**	**13.782**
Ativo:					
Receita ACR (RBO e GAG melhorias)	114.075	28.519	10.267	38.786	11.039
		28.519	**10.267**	**38.786**	**11.039**
Valor líquido		**16.974**	**6.110**	**23.084**	**2.743**

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 09.01.2017, ocorreu a integralização do capital social, no montante de R$ 90. Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.01.2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia com o adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 854.309, passando de R$ 100 para R$ 854.409, com a emissão de 854.308.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Assim, o capital social da Companhia passa a ser constituído por 854.408.805 ações, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Dividendos adicionais propostos

Em 30.04.2018, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a proposta de distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$ 16.020. Nesta data, a Companhia reconheceu a obrigação do pagamento em seu balanço patrimonial.

NOTA 11 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, apresenta-se na tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida:

	2º Trimestre de 2018	Acumulado 6 meses
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	35.394	68.193
Receita GAG – operação e manutenção	15.980	31.959
	51.374	**100.152**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS[4] e Cofins[5]	(4.559)	(6.339)
Pesquisa e desenvolvimento	(794)	(1.657)
	(5.353)	**(7.996)**
REMUNERAÇÃO E VARIAÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	**65.243**	**115.554**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**111.264**	**207.710**

NOTA 12 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 14 – Transações com partes relacionadas das demonstrações contábeis de 31.12.2017. A principal transação é compra e venda de energia. Não houve outra alteração significativa nestas transações no 1° semestre de 2018.

Em 14.06.2018, a Companhia e a controladora celebraram um acordo operativo, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais por aquela na UHE Jaguara. Este acordo será parte integrante do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura a ser apresentado à anuência da Aneel (ou de qualquer instrumento que venha a substituí-lo ou complementá-lo com a devida anuência da Aneel, se aplicável). Esse acordo é válido por 60 meses, a contar da data de publicação da anuência da Aneel à eficácia do Contrato Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

NOTA 13 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2019 e o valor da cobertura é R$ 1.468.083, sendo R$ 1.338.215 referente a danos materiais e R$ 129.868 a lucros cessantes.

[4] Programa de Integração Social.
[5] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

b) Sinistro

Em abril de 2018, a Companhia sofreu sinistro em uma unidade geradora da UHE Jaguara, gerando exposição de lucros cessantes de longo prazo e danos materiais. A unidade sinistrada ficará indisponível durante o período de reparo, previsto para ser concluído no fim de 2018. A Companhia e a seguradora estão em fase de avaliação das coberturas de danos materiais e de lucros cessantes deste sinistro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Carlos Henrique Boquimpani de Freitas
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Guilherme Azevedo da Silva
Contador - CRC SC 041535/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Jaguara

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética Jaguara ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Companhia foi constituída em 9 de outubro de 2017 e, portanto, não há informações comparativas na "Demonstração do Resultado", "Demonstração do Resultado Abrangente", "Demonstração do Fluxo de Caixa", "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" e "Demonstração do Valor Adicionado". Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 10 de agosto de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 10 de agosto de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 10 de agosto de 2018.